

A BATALHA PELO MANDATO

Ulysses reage e diz que STF não muda decisão da nova Carta

Valério Ayres

Andrei Meireles

"Promulgada a Constituição, ela tem vigência plena, absoluta e inquestionável. O Supremo Tribunal Federal não pode suspender uma decisão da Constituinte". Com essa declaração, o deputado Ulysses Guimarães praticamente descartou a tese do consultor-geral da República, Saulo Ramos, de que a aprovação pela Constituinte de um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney poderia ser arguida junto ao STF. No Planalto, contudo, essa tese está em alta e assustou, ontem, a muitos parlamentares a divulgação de um parecer do ministro Djaci Falcão, do STF, que a reforça.

Ulysses reuniu-se pela manhã com vários líderes do PMDB, minimizou as declarações do presidente José Sarney no programa "Conversa ao Pé do Rádio" e não mostrou qualquer preocupação com a possibilidade do STF vir a questionar uma decisão da Constituinte. Em entrevista, ele evitou acirrar as divergências entre a Constituinte e o Planalto: "Não quero me referir a confrontos". E passou a exaltar o novo ritmo de trabalho da Constituinte e suas decisões.

"Constato com alegria que a minha pregação na minha vida pública, na luta contra o regime autoritário, que criou um sistema de grave injustiça social para milhões de brasileiros, vem sendo atendida pela Constituinte. Os textos progressistas, a tendência progressista que se está registrando na Constituinte, tem provocado críticas. Mas grave, porém, seria se tivéssemos aí um texto reacionário, voltado para o passado, esclerosado, procurando institucionalizar ou consolidar injustiças sociais existentes no País — assinalou Ulysses.

Na quinta-feira à noite, Ulysses recebeu, entre outros convidados para o aniversário de sua mulher, dona Mora, o presidente José Sarney, que lá permaneceu cerca de duas horas. As conversas entre os dois, sempre assistidas por várias pessoas, foram amenas e sociais. Ontem, os repórteres quiseram saber se ele havia se reconciliado com Sarney: "Não me reconciliei porque não havia problema nenhum no relacionamento, principalmente, pessoal, com o presidente da República".

Sem baderna

Segundo Ulysses, em todas as conversas que teve com Sarney, o presidente da República tem manifestado a intenção de acatar as decisões da Constituinte. Embora ressaltando não ter ouvido e nem lido o texto do programa "Conversa ao Pé do Rádio", Ulysses rebateu a crítica de Sarney contra "a minoria radical e agressiva" que estaria pressionando as decisões da Constituinte:

"Desejo dizer que a Constituinte tem se manifestado na sua soberania. Muitos dos textos resultam até de acordo, com votação expressiva, muito além dos 280 votos exigidos. Portanto, são deliberações que envolvem praticamente todos os partidos e todos os grupos". E negou que as propostas aprovadas até agora pela Constituinte possam badernar a economia.

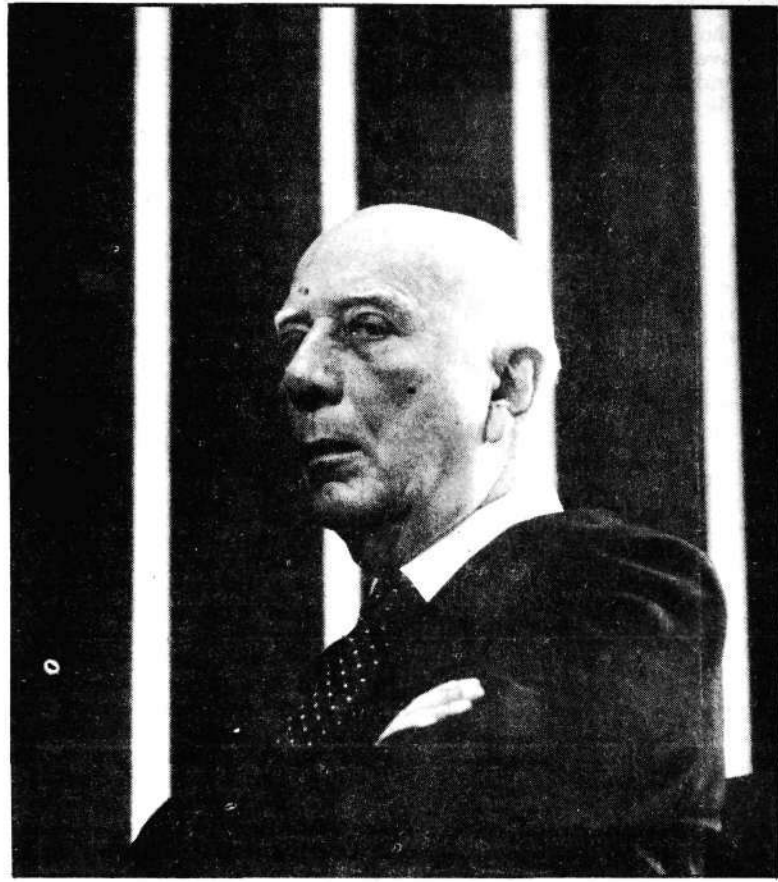
A lei garante seis anos, diz Leônidas

Rio — Após presidir ontem, no Rio, a reunião do Alto Comando do Exército, o ministro Leônidas Pires Gonçalves disse que julga da maior impropriedade a realização de eleições presidenciais este ano. A seu ver, do ponto de vista estritamente constitucional, o presidente José Sarney tem "um mandato líquido e certo de seis anos".

"Tomando como referencial os interesses do Brasil, acho que, em 1988, precisamos neste País de duas coisas: suor na testa e muito trabalho", afirmou.

A decisão do presidente José Sarney de solicitar a certidão de sua posse foi interpretada por Leônidas como um claro sinal de que "ele pretende mostrar que está escrito que seu mandato é de seis anos". O ministro não quis comentar se Sarney deve ou não defender o mandato pelos canais judiciais.

O ministro fez questão de explicar que não é contra o princípio das eleições, apenas acha inoportuno a escolha do sucessor do presidente Sarney ainda este ano.



Ulysses evita acirrar divergências e exalta a Constituinte

Fala presidencial é duramente criticada

O presidente da República, José Sarney, sofreu severas críticas de praticamente todos os constituintes que discursaram na sessão de ontem da Assembléia Nacional Constituinte. As suas declarações contra constituintes, apresentadas no programa "Conversa ao Pé do Rádio", e a sua iniciativa de requisitar o termo de sua posse, para uma eventual defesa de seu mandato junto ao Supremo Tribunal Federal, foram consideradas pelos parlamentares como uma tentativa de estabelecer um confronto entre os poderes Executivo e Legislativo.

O deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) pediu que todos os constituintes, independentemente das divergências ideológicas, saiam em defesa da soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Para ele, a disposição do presidente Sarney de ir ao STF para defender o seu mandato, é uma demonstração de que ele não está disposto a acatar as determinações de futura Constituição. Paulo Ramos considerou a atitude de Sarney "um esforço golpista".

Por sua vez, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) lembrou que Paulo Maluf, quando era candidato à sucessão do presidente Figueiredo, recorreu ao STF invocando o instituto de fidelidade partidária para tentar assegurar a sua eleição. No entanto, não obteve êxito e esta atitude acabou sendo considerada espúria.

Cúpula do PMDB teme crise

"O presidente José Sarney quer transformar a crise política em crise institucional". A denúncia é do senador José Richa e revela a preocupação de todo o comando do PMDB com a escalada contra a Constituinte desencadeada pelo Governo. O deputado Ulysses Guimarães tem recomendado cautela aos dirigentes do partido, deixando claro que a Constituinte deve acelerar os seus trabalhos e evitar provocações e tentativas de confronto. Os principais governadores do País já acertaram que, em caso de confronto, ficam com a Constituinte. Esta aliás foi a principal decisão do encontro entre os governadores Moreira Franco, Newton Cardoso e Orestes Quércia na quarta-feira passada.

Hoje, Quércia almoça em Brasília com Ulysses. O senador Mário Covas também permanece na cidade, mantendo contatos políticos. O senador José Richa, preocupado com a evolução da crise, teve ampliado seu papel informal no PMDB de interlocutor com os militares.

Confronto

A proposta de Ulysses de um armistício entre o Planalto e a Constituinte sensibilizou apenas parte do governo como os ministros Ivan

Maurílio pediu a Sarney que não comente o mesmo erro.

Ameaça

O líder do PDT, Brandão Monteiro (PDT-RJ), afirmou que Sarney está tomando atitudes idênticas as do presidente Figueiredo, quando estava em votação pelo Congresso Nacional a emenda Dante de Oliveira estabelecendo eleições diretas para presidente da República. Naquela época, em 1984, de acordo com Brandão, os parlamentares eram ameaçados com a possibilidade de um retrocesso político, caso a proposta fosse aprovada.

O único a sair em defesa do Presidente foi o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP). Ele afirmou que a atual constituição está em vigor e garante ao presidente Sarney seis anos de mandato. Para dar força ao seu argumento, Cardoso Alves citou o processo movido contra o deputado Amaral Netto (PDS-RJ) pelo ex-ministro da Fazenda Dilson Funnaro, onde o Supremo Tribunal Federal argumenta que a Constituinte não tem poderes para alterar o que já está estabelecido pelo atual texto constitucional.

O deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do Governo, voltou a pedir ao presidente da Assembléia, deputado Ulysses Guimarães, que lhe conceda um horário de liderança para rebater as críticas feitas ao Presidente e ao Governo.

de Souza Mendes e Ronaldo Costa Couto. O próprio filho do presidente da República, deputado Sarney Filho, estava convencido até a quinta-feira passada de que a trégua daria certo. Mas, influenciado por outros setores do Governo, como o ministro Antônio Carlos Magalhães e o consultor-geral da República, Saulo Ramos, Sarney optou por manter o clima de confronto com a Constituinte.

Em conversas reservadas, os principais dirigentes do PMDB não escondem a preocupação com a evolução da crise, que, apenas ontem, teve três episódios para agravá-la. Foram eles: 1) As opiniões de Sarney em seu programa radiofônico semanal; 2) A leitura pelo deputado Roberto Cardoso Alves de um parecer do ministro Djaci Falcão, do Supremo Tribunal Federal, interpretando como restrita a soberania da Constituinte; 3) As declarações do ministro Leônidas Pires, no Rio de Janeiro, após a reunião do Alto Comando do Exército.

O comando do PMDB vai tentar, em resposta, acelerar ainda mais os trabalhos constituintes, buscando, também, junto à sociedade e aos setores mais receptivos do Governo esvaziar a crise, além de não alimentar qualquer tipo de confronto.

Ermírio chama Sarney para disputar voto

Belo Horizonte — Defensor do mandato presidencial de quatro anos, o empresário Antônio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim) fez ontem, em Belo Horizonte, um desafio ao presidente Sarney para que apóie esta tese e com ela teste sua popularidade. "O melhor é quatro anos com o direito à reeleição e, se o Sarney se acha muito bom, então que ele aceite um período menor de mandato e se candidate à reeleição. Isso seria muito justo e bonito", afirmou Ermírio.

O empresário foi agraciado pelo governador Newton Cardoso com a medalha "Barão de Eschwege", que anualmente é dada a pessoas que se destacam nos setores de mineração e metalurgia. Os dois conversaram longamente a portas fechadas, mas Antônio Ermírio disse que não falaram de política. Só de investimentos do Grupo Votorantim em território mineiro. Em entrevista, Ermírio negou seguidas vezes que seja postulante a uma candidatura à Presidência da República, alegando que sua carreira política acabou com o começo: na disputa pelo governo de São Paulo.

"Muita gente ainda não acredita que eu posso ser útil ao meu País fora da política, mas estou certo de que posso e vou tocar a minha vida sem ingressar na política", afirmou. Ele negou, também, que tivesse recebido convite do PFL para assumir uma candidatura à sucessão do presidente Sarney em nome do partido. E explicou: "Nunca fui sondado por partido e acho muito difícil, porque estamos em dificuldades com a seção regional do PFL de São Paulo".

Arraes considera a Assembléia soberana

Recife — "O mandato do presidente Sarney é uma questão política, não jurídica". Convicto disso, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, é de opinião que, mesmo que o Palácio do Governo encontre razões jurídicas para o presidente Sarney permanecer no cargo por cinco anos, isto de nada adiantará, se a Assembléia Nacional Constituinte decidir que o tempo de Governo de Sarney é quatro anos. "A Constituinte é soberana", reafirmou ele, ontem, no Recife.

Discordam da tese de Arraes os governadores da Paraíba, Tarcísio Burity, e do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo, que participaram, junto com o governador de Pernambuco, da reunião mensal do Conselho Deliberativo da Sudene. Geraldo Melo defende cinco anos para Sarney, acha que este tema não é de competência da Constituinte e a responsabiliza por uma eventual crise social que o Brasil venha a enfrentar. "Se a gente corre o risco de uma crise social não é por indefinição de uma eleição presidencial este ano, mas porque o povo brasileiro esperava uma Constituinte capaz de unir a sociedade e o que estamos vendo é que a Constituinte não está expressando o consenso da sociedade".

Indignação

Por sua vez, Tarcísio Burity, da Paraíba, diz que o presidente Sarney errou apenas quando foi à televisão dizer que seu mandato seria de cinco anos. "A Constituição determina que ele tem seis anos de mandato". Na sua opinião, dizer que o Presidente tem credibilidade ou não está legitimado é "argumento de golpistas. A legitimidade provém da Constituição", afirma.

Tanto Burity, como Melo reagiram com indignação à indagação dos repórteres quanto a uma eventual ligação entre o anúncio de aumento de verbas para a Sudene (via Fundo de Investimentos — Finor) e o empenho presidencial para garantir os cinco anos de mandato. "Se o Nordeste não receber é discriminação. Se recebe, é comprado", responderam, dizendo que "uma afirmação dessas é levandade e falta de respeito".